

# 5º PELOTÃO ESPECIAL DE FRONTEIRA: TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES NA “CABEÇA DO CACHORRO-AM”

*Messias Luiz do Nascimento*<sup>1</sup>

*Alcindo José de Sá*<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo aborda um tema que vem sendo amplamente discutido no Brasil e em outros países: a Amazônia, tendo como foco principal o 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF), unidade militar do Exército Brasileiro, localizado em Maturacá, inserido na chamada região da “Cabeça do Cachorro”, município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Um vértice do Estado Nacional com funções vitais que esse mesmo Estado Nacional teima negligenciar. Porém, há sinais que nos permitem afirmar que, o Estado Nacional, ao receber estímulos do processo de globalização, ora vem atuando com o intuito de manter sua soberania sobre a região, ora adotando lógicas globais. A partir do 5º PEF, questiona-se para qual direção tem sido a presença do Estado na Amazônia: rumo à soberania ou à inserção pura e simples no processo de globalização?

**Palavras-chave:** fronteiras, estado-nação, geopolítica, globalização, Amazônia

## Abstract

The following article deals with a subject that has been broadly debated in contemporary Brazil, as well as in the rest of the world: the future of the Amazon region. Its main focus is the 5<sup>th</sup> Special Frontier Squad (5º PEF), a Brazilian army

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE - alcindo-as@uol.com.br

military unit, located in Maturacá, within the region known as “The Dog’s Head”, in the municipality of São Gabriel da Cachoeira, State of Amazonas. The area represents a true vortex of the nation-state, encompassing vital functions that this very nation-state insistently neglects. However, there are signs that enable us to affirm that the nation-state, as it receives subsidies from the globalization process, either acts towards maintaining its sovereignty on the region, or adopts straightforward global logics. From the 5<sup>o</sup> PEF, we question what is the current direction taken by the Brazilian nation-state in the Amazon: is it heading towards reassuring its sovereignty in the area or simply adjusting to globalization processes?

**Keywords:** frontiers, nation-state, geopolitics, globalization, Amazon

## **1. Introdução**

Discutir os diversos fenômenos que dinamizam a realidade sócio-espacial da Amazônia, em especial a brasileira, situada no Estado do Amazonas, é um desafio instigante. Basta ver que a palavra Amazônia é uma das mais pronunciadas no mundo. Além disso, é chegado o momento de o Estado nacional e a sociedade brasileira tomarem uma decisão sobre o rumo que desejam para a região em tela, visto que no seu território subsistem gritantes descontinuidades geográficas, considerando aspectos de rarefação demográfica e baixas densidades técnicas, no atual estágio mundial de uma geografia econômica em rede. Frisa Santos (2003) que a dinâmica globalizante agrava as diferenças e disparidades frente aos novos dinamismos e as outras formas de comando e dominação. E por atingir todos os cantos do planeta, a Amazônia, por sua configuração diferenciada, tem se destacado na pauta de discussões dos principais fóruns, científicos ou não, da sociedade nacional e mundial. No âmbito nacional, muito se tem questionado sobre a presença do Estado na região como sustentáculo de uma identidade regional e ente desenvolvimentista capaz de agregar a sua população, etnicamente diferenciada, em parâmetros de justiça, unidade e equidade. A partir dessas questões e tendo como fio condutor uma unidade militar do Exército Brasileiro – o 5<sup>o</sup> PEF – abordaremos a forma como o

Estado tem marcado sua presença na região. O presente artigo está dividido em cinco capítulos. No primeiro, trata-se do panorama internacional e do seu relacionamento com a Amazônia, com destaque para o processo de globalização, realçando três fatos recentes (o processo de redemocratização do Brasil e sua relação com o fim da Guerra Fria, o Programa Calha Norte e o Sivam) que têm ligações diretas com a proposta do artigo. O segundo capítulo aborda como tem sido porosa a atuação do Estado brasileiro na Amazônia, materializada em muitos vetores, incluindo-se presença e atuação do Exército (PEF), tema do terceiro capítulo. O quarto capítulo, cerne do presente trabalho, vai caracterizar o 5º PEF, recebendo e refletindo as lógicas da globalização. No quinto capítulo procuramos debater o cenário amazônico com o envolvimento de outros países da região, dando ênfase às atuais propostas de políticas nacionais (PNOT, PNDR e PND) e locais (Plano Diretor) e suas relações com o território. Nas considerações finais faz-se uma tentativa de amalgamar os três cenários, a globalização, a presença do Estado Nacional na Amazônia e o atual cenário sul-americano, principalmente dos países amazônicos com viés esquerdistas.

## **1. Três fatos correlatos e um destino**

Para proceder esta breve análise, lançaremos mão de três fatos que, aparentemente sem relação entre si, redirecionaram e redirecionam a atuação do Estado Nacional na ocupação da Amazônia brasileira. O primeiro deles foi o processo de atuação do regime militar. Apesar do presente texto não ter como preocupação básica esse período, a bem da verdade foi durante o mesmo, compreendido entre 1964 a 1985, que tivemos no Brasil um dos poucos períodos com planejamento de Estado e não de Governo, voltado para a unidade nacional. Não obstante, esse mesmo período produziu efeitos colaterais ainda não superados. Porém, ao findar o regime, liquidado o inimigo externo (comunismo), os militares passaram a se indagar: e agora, quem combater? Era necessário “criar” um novo inimigo. Então, como segundo vetor, as atenções se voltaram para a Amazônia, até então (historicamente) fora do eixo estratégico do Governo brasileiro, mas já na mira dos grandes interesses internacionais. Assim foi concebido o Projeto Calha Norte, durante o Governo de José Sarney. Enganam-

se aqueles que tratam o referido projeto como eminentemente militar. Como todo projeto estratégico de ocupação de uma vasta área territorial é aceitável que possuísse um viés militar, porém tratava-se de um projeto envolvendo diversos órgãos governamentais, com origem nas três esferas do poder. Hoje, claramente, o que resta do Projeto Calha Norte, além da mudança para Programa Calha Norte, são as instalações militares lá existentes, via de regra, uma das poucas presenças do Estado na região, senão a única. E esta presença estatal está materializada nos Pelotões Especiais de Fronteira, que abordaremos mais adiante. Mas a preocupação com a Amazônia também teve origem na dita Nova Ordem Mundial.

O esfacelamento do então mundo bipolar foi o terceiro fator importante na questão da Amazônia. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido entre duas superpotências: o mundo capitalista liderado pelos Estados Unidos da América, mas tendo em seu círculo de influência países também influentes, como a Inglaterra, a França, a Alemanha Ocidental etc; e o mundo socialista, capitaneado pela ex-União Soviética. Além desses dois blocos antagônicos surgiu também um novo bloco formado pelos países subdesenvolvidos e sem uma aparente liderança forte. O Terceiro Mundo contemplava e/ou ainda contempla todos os países da América Latina, da África e alguns outros da Ásia. Esses países passaram a ser foco de interesse das superpotências para os mais diversos fins: ideológico, territorial, político, econômico, recursos etc. As guerras passaram então a ser travadas nesse novo território e, de forma indireta, pelas superpotências, denotando o grau de conflito que se poderia chegar durante a chamada Guerra Fria. Assim, as guerras da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão foram exemplos típicos de conflitos travados indiretamente pelas duas superpotências. Na América Latina situamos a crise dos mísseis cubanos, que quase deflagrou uma guerra direta entre EUA e URSS.

Porém, com o fim do regime bipolar, os Estados Unidos da América permanecem como a única superpotência mundialmente reconhecida. A esse respeito, a máquina de guerra norte-americana parece ter mesmo o 'destino manifesto' de 'polícia do mundo', visto que existe "um poder absoluto, global, monitorado pelos EUA, estrategicamente sedimentado no trunfo da informação" (SÁ, 2005, p.98). Assim, o uso do Poder Militar através do emprego puro e

simples da violência “controlada” com as ditas *bombas inteligentes*, dá aos americanos o papel de “polícia do mundo”, cuja principal missão seria a de espalhar a “democracia” aos quatro cantos do planeta, democracia esta que, além de difícil conceituação, também tem seu viés econômico. No bojo dessa situação política-estratégica, o capitalismo surge com uma nova roupagem, a globalização. Então, antes do aprofundamento desse processo era preciso liquidar com o bipolarismo, fragmentá-lo, dividir para conquistar e, finalmente, reunificá-lo num só mundo, global, homogêneo! (?) ... e foi exatamente isso o que estava acontecendo. Mas e o Terceiro Mundo? O que fazer com tamanha vastidão territorial e seus problemas? Como integrar esses diversos recortes no prisma globalista da unicidade técnica, convergência dos momentos e o motor único do consumo (Santos, 1996)?

Buscando legitimar as suas ações desiguais, a “nova ordem mundial” busca legitimar os seus interesses no discurso do “bem-estar coletivo da humanidade”. Ora, Azambuja (1971) afirma que por Humanidade entende-se o conjunto de todas as sociedades existentes na face da Terra. Porém, tais interesses são cirúrgicos, e sempre permeados de intencionalidades: a proteção dos direitos humanos; a preservação do meio ambiente; o combate ao crime organizado; e o controle sobre a proliferação de armas de destruição em massa, notadamente as armas nucleares. Não precisamos ir muito longe para admitirmos que tais interesses são realmente relativos a toda Humanidade. O problema maior é em quais territórios esses direitos coletivos não estão sendo cumpridos e, ainda mais grave, quais seriam as conseqüências para esses mesmos territórios, povos, nações e governos pelo não cumprimento de tais interesses. A partir desses mesmos interesses um rol de países desenvolvidos, encabeçados pelo G-7 (grupo dos sete países mais desenvolvidos formado por EUA, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, França e Inglaterra) elencaram as ameaças que seriam justificativas para intervenções, inclusive militares, nos territórios: a ocorrência do narcotráfico; a destruição das florestas tropicais; a imigração ilegal; o terrorismo internacional; e a proteção de comunidades indígenas. Pronto, a equação está quase completa. Cabem novamente certas indagações. Para muitos estudiosos, hoje o aquecimento global é o maior problema enfrentado pela humanidade. Porém, o Protocolo de Kyoto, que criaria

mecanismos para a desaceleração do processo, ainda nem foi ratificado pela nação que mais emite poluentes no planeta. E as demais nações industrializadas somente assinaram o tal acordo pela simples razão egoísta de sobrevivência. Pois, como afirma Brandão (Diário de Pernambuco, 2006, Opinião, p.A3) “se o aquecimento global afetasse somente africanos, asiáticos ou latino-americanos, o mundo rico estaria indiferente a tudo”. Voltemos, porém, aos ditos interesses coletivos da humanidade. Qual a área de maior interesse global quando nos remetemos ao narcotráfico? Qual a região do planeta recordamo-nos quando o tema é a destruição das florestas e a proteção das comunidades indígenas? Que espaço planetário está ainda hoje ociosamente ocupado?

Por fim, o terceiro fato, a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). O Sivam foi concebido e implementado no então governo de Fernando Henrique Cardoso. Obteve apoio das Forças Armadas, pois se tratava de um importante sistema para o monitoramento da Amazônia. Porém, o processo como um todo ficou envolto em nebulosas circunstâncias ainda não totalmente explicadas. A empresa fornecedora de toda a tecnologia (equipamentos) foi a norte-americana Raytheon. O Projeto, orçado em US\$1.395.000.000, já estava todo financiado por linhas de crédito internacionais. E o Sivam entrou em operação quase que plenamente no ano de 2004. Um dos principais objetivos do Sivam é de monitorar e levantar dados acerca dos recursos naturais da região. A área do Sivam é considerada como de globalização “absoluta”, pois detêm vetores da modernidade atual. Esse vetor da globalização está implantado na Amazônia com objetivo de manter a “soberania” do Estado Nacional e ao mesmo tempo inventariar o que for possível em termos de recursos naturais. Recursos esses que o Professor Julien Vandeburie, em palestra no ano de 2004 na UFPE, afirma que seriam capazes de gerar conflitos intra e extra-estatais, tanto pelo acesso aos mesmos quanto pela renda gerada mediante sua posse. E não por acaso a Amazônia é tida por muitos estudiosos como um “delírio mineral” tamanha a possibilidade de recursos naturais ali ainda não inventariados.

Comparativamente, podemos afirmar que tanto o Calha Norte quanto o Sivam são projetos estratégicos para o país. Porém, a forma e o momento histórico em que foram gerados é o que os diferencia. O primeiro, por ser tratado como o primo-pobre, com sua ideologia nacionalista pela necessidade de dar aos

militares, recém saídos do poder, algo a fazer, sem recursos, nem interesse do governo, quase extinto no governo FHC, mas cujo objetivo é a ocupação efetiva daquele espaço, reterritorializando-o. Esse tipo de ocupação pode também, no futuro, servir aos desígnios da globalização. O segundo, o primo-rico, embora com uma pseudo-ideologia nacionalista, mas mascarada pelos vetores da globalização, implementado por um governo neoliberal, ávido por um lugar ao lado das grandes nações. Com seus equipamentos *high-tech*, vetores da pós-modernidade, o Sivam procura servir a dois deuses no mesmo espaço, mas em tempos diferentes: a soberania nacional e a globalização. É nessa rede globalizante (Calha Norte – Nova Ordem Mundial – Sivam) que vamos abordar a presença do Estado Nacional na região Amazônica, mais precisamente na faixa de fronteira Norte e, tendo como ponto de incidência, o 5º Pelotão Especial de Fronteira.

## **2. Estado Nacional na Amazônia: presença marcada pela porosidade.**

Para Azambuja (1971), o homem, desde que nasce, faz parte de diversas instituições ou sociedades. A primeira delas, em importância, é a família, que tem por funções básicas alimentar, proteger e educar. Existem outras sociedades, como a escola, a Igreja, a empresa etc. Ao conjunto desses grupos sociais chama-se de Sociedade propriamente dita e, numa escala global, Humanidade. O mesmo autor, também afirma que “além dessas, há uma sociedade, mais vasta do que a família, menos extensa do que as diversas Igrejas e a Humanidade, mas tendo sobre as outras uma proeminência que decorre da obrigatoriedade dos laços com que envolve o indivíduo: é a sociedade política, o Estado” (AZAMBUJA, 1971, p.1). No grupo social familiar, o homem é forçado a entrar pelo nascimento, mas pode libertar-se pela maioria. Em todos os demais grupos, ingressa voluntariamente. “Da tutela do Estado, o homem não se emancipa jamais” (Idem p.4), afirma o referido autor. E é este mesmo Estado personificado em tons verde e amarelo que atua de forma porosa nesse imenso território. Inclusive gerando contradições. Ao comparar sucintamente a articulação e a implementação de dois

grandes projetos (Calha Norte e Sivam) para a região fica explícito o antagonismo na execução dos mesmos.

Graças ao Programa Calha Norte houve uma acentuada vivificação da faixa de fronteira, com base na presença e na atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Não fosse o Calha Norte, que iríamos ter nessa vastidão amazônica? Teríamos Tabatinga, Ipiranga, Vila Bittencourt, depois Cucuí e chegaríamos a Clevelândia do Norte, que já existiam e têm suas origens em fortificações militares. Para os estrategistas, os PEF são hoje, pequenos pontos da “civilização nacional” junto a nossa fronteira, com a esperança de que no futuro se transformem em aglomerados humanos, pequenas vilas, pequenas cidades, municípios, a exemplo do ocorrido com Tabatinga, que há dez, doze anos, era uma colônia militar, e como São Gabriel da Cachoeira, que hoje é uma pujante cidade no Alto Rio Negro com cerca de 40 mil habitantes. A sede desse município está distante da capital Manaus, cerca de 850km. São Gabriel da Cachoeira é o segundo maior município brasileiro em extensão territorial (cerca de 109.000km<sup>2</sup>), e possui a maior população indígena do País. A densidade demográfica é baixíssima, beirando 0,5 hab/km<sup>2</sup>. Oficialmente o município possui três línguas, além do português: o nheengatu, o baniva e o tucano. Este fato denota uma série de conseqüências advindas. O município deverá sofrer uma série de adaptações para fazer cumprir esta norma linguística, desde as alterações nos cardápios dos restaurantes até na elaboração de provas para concurso públicos que deverão atender às quatro línguas. Ou seja, todo o território de São Gabriel da Cachoeira, inclusive os PEF deverão adaptar-se a essa nova realidade lingüística.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ano 2000, mostra um quadro onde a taxa de urbanização pode ser considerada alta (41,32%) ainda mais pelo simples fato da sede não possuir infra-estrutura para tal contingente populacional. O analfabetismo ainda é um fator negativo, pois se mantém em níveis elevados (34% da população). A renda *per capita média* pode ser considerada baixa (R\$106,00), se comparada com a media nacional; enquanto o índice de pobreza tem se elevado ao longo dos anos (62% em 1991 e 69% em 2000). Somente um quarto da população tem água encanada, metade tem energia elétrica e 70% da população é assistida pela coleta de lixo urbano. O acesso a bens de consumo também é baixo: em 2000, 35% da população

possuía geladeira; 40%, televisão; 10%, linha telefônica; e menos de 2% da população, possuíam computador. Nota-se a importância maior dada a um equipamento de lazer (televisão) do que a um equipamento de primeira necessidade (geladeira) pela sua destinação. Assim, analisando superficialmente esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, o território é revelador das diferenças mais agudas das condições de vida da população de São Gabriel da Cachoeira. A presença dos militares no território tem contribuído para uma pequena melhoria nos níveis de vida do município.

O Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, recentemente transferido do município de Niterói-RJ, está localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”. Subordinado a 2ª Brigada de Infantaria de Selva estão vários batalhões, dentre os quais o 5ª Batalhão de Infantaria de Selva, sediado nesse mesmo município. O batalhão possui, além da estrutura normal, sete pelotões desdobrados sobre a faixa de fronteira: 1º PEF (Yauaretê), 2º PEF (Querari), 3º PEF (São Joaquim), 4º PEF (Cucuí), 5º PEF (Maturacá), 6º PEF (Pari-Cachoeira), e 7º PEF (Tunuí-Cachoeira). O pelotão é a menor unidade tática empregada no combate tradicional. Seu efetivo pode variar de 35 a 50 homens. Uma companhia possui de três a cinco pelotões, e seu efetivo gira em torno de 200 homens. Um batalhão possui de três a seis companhias, e seu efetivo pode chegar a 1.500 homens. Uma brigada possui uma base formada por três batalhões, além de outras unidades de apoio ao combate. Seu efetivo pode girar entre 5.000 e 7.000 homens. Assim, somente no município de São Gabriel da Cachoeira são cerca de 1.500 militares que já fazem parte do seu contingente populacional. O PEF, além da sua clássica missão de combate, possui outras e, para tanto traz consigo algumas peculiaridades.

### **3. Pelotões Especiais de Fronteira: a presença materializada do Estado na fronteira.**

Os PEF possuem uma estrutura básica mais ou menos homogênea. Além de possuir uma pista de pouso e decolagem, que é a garantia de suprimento das populações que lá vivem, inclusive para evacuação médica, as instalações próprias do pelotão incluem as residências dos militares, numa área equivalente a cerca de 10 hectares. Possui também os chamados pavilhões de terceiros, onde está prevista a ação governamental, por intermédio de vários ministérios (Educação, Saúde, Justiça, Relações Exteriores etc), além de outros órgãos governamentais (Funai, Incra, Abin, Polícia Federal, Polícia Militar etc), marcando a presença do Estado. Já o pavilhão comunitário tem sua destinação a serviços prestados (escolas, creches, cartórios, bancos, posto de saúde etc) à comunidade local, notadamente, a indígena, com o intuito de atraí-las para sua órbita de influência.

Para cumprir sua missão nos pelotões, cujo lema é “Vida, Combate e Trabalho” torna-se obrigatório a existência de pelo menos um médico, um dentista, um farmacêutico e um veterinário, além dos demais militares, cuja principal missão é servir de sentinela avançada. O comandante do pelotão, geralmente, “um tenente com pouco mais de 25 anos que exerce o papel de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gestor de assistência médico-odontológica, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário assumir nas comunidades carentes das imediações, esquecidas pelas autoridades municipais, estaduais e federais” (VARELLA, 2006, p.12) é a personificação do poder estatal exercido. O pelotão é composto por um efetivo de cerca de 40 homens, divididos segundo um organograma pré-determinado pelo Estado-Maior do Exército. Os cabos e soldados são em sua maioria oriundos da própria região. Com isso, a Força acaba por integrar um contingente considerado de caboclos, facilitando a interação social, o que por si já é um fato positivo, na perspectiva da “unidade nacional”. Os oficiais e sargentos de carreira, em sua maioria, são oriundos de outras regiões do país e são prioritários para servir no pelotão somente aqueles que são casados. São homens e mulheres acostumados as benesses dos grandes centros urbanos, onde os grandes vetores da globalização estão diuturnamente presentes em seu cotidiano. Assim, ao ato da chegada àquele lugar tão “exótico” e propício à solidão, cria-se no novo habitante o sentimento de perda do seu chão “pós-moderno” e o mesmo fica

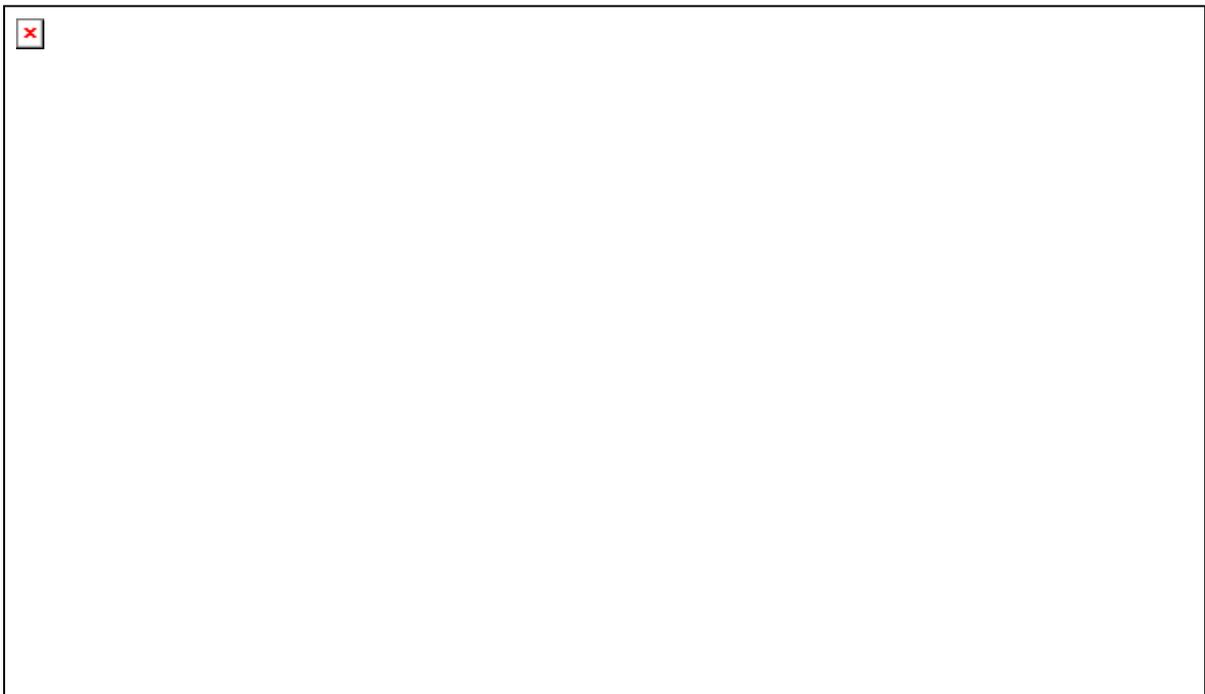
desnorteado por algum tempo. A simples constatação que em plena sexta-feira não se poderá ir ao shopping, cinemas, barzinhos para consumir é motivo de sentimentos de frustração e vazio etc. Em certos casos o homem tem que ser retirado do pelotão para se evitar males piores para ele e para a comunidade. Para os que são obrigados a ficarem, o espaço se impõe dotado de novos (outros) valores, que não o do mero consumismo desenfreado. À economia “líquida” das finanças e do consumo que hoje rege o sistema-mundo, se contrapõe, no espaço em foco um “tempo lento” carente de objetos inteligentes, pois não há instituições financeiras, muito menos objetos para que o fluxo do dinheiro seja realizado. O valor do dinheiro não corresponde aquele auferido em outros lugares. Quanto ao pagamento daqueles que estão no pelotão, permanece numa das poucas instituições financeiras existentes na sede do município, geralmente em aplicações financeiras. Havendo a necessidade da movimentação financeira, o militar interessado delega a um procurador poderes para realizar a transação financeira junto ao banco. A principal modalidade de relação mercantil realizada no pelotão é o escambo, a troca direta entre objetos. É comum a troca de peças de vestuário por produtos cultivados pelos indígenas. Até mesmo os serviços prestados pelos indígenas são reembolsados com bens materiais. A vida dos povos indígenas na Cabeça do Cachorro e daqueles que para lá se dirigem não tem sido fácil. A inserção de alguns vetores da globalização (possibilidade de acesso a serviços como energia elétrica, e a equipamentos como televisão, geladeira, computador) tem levado uma grande quantidade de indígenas ao “alcoolismo e o cortejo de violência física e tragédias médico-sociais causadas por estes males e que constituem o problema mais grave de saúde pública na região”, segundo Varella (2006, p.12). Na região praticamente não existe trabalho remunerado, além disso, “as aposentadorias são raras e os programas federais de distribuição de renda não chegam até eles” (idem p.13). Para os que são forçados a se adaptar ao lugar Cabeça do Cachorro há a experimentação de coisas até então não valorativas para o homem urbano. Um simples passeio à aldeia, uma caçada com os índios, uma partida de futebol, uma caminhada na selva, um aniversário, uma reunião, uma jornada pelos igarapés, a utilização do fogão a lenha, o recebimento de uma carta longínqua passam a ser acontecimentos que alteram a rotina. Tais acontecimentos resgatam o tipo de comunidade que hoje buscamos, que seria aquela encontrada entre a liberdade e

a segurança. Mas nesse espaço a individualidade é garantida, mas sem que esta se contraponha a comunidade. E então pode-se reviver momentos de inocência, coisa que o “conhecimento” teima em fazer o homem esquecer.

Assim, o PEF foi idealizado para que se constituísse num pequeno pólo irradiador de ações governamentais. E é esse espaço, agora territorializado e temporalizado que passaremos a abordar, tendo como foco o 5º Pelotão Especial de Fronteira.

#### **4. As temporalidades e materialidades do 5º PEF**

Nosso objeto de estudo é o 5º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Maturacá, uma pequena comunidade oriunda da Missão Salesiana instalada em 1953, está distante cerca de 100km da sede de São Gabriel da Cachoeira e a cerca de 5 km do Pico da Neblina – o ponto mais alto do Brasil com 2.994 metros.



Vista do 5º PEF - Maturacá. Ao fundo, os paredões do Planalto das Guianas. Foto do autor, 1993.

Para Valella (2006, p. 25) “é de perder o fôlego o caminho para Maturacá, ladeado por duas cadeias de montanhas com picos em serrilhado nos quais pousam flocos de nuvens e por sucessão de paredões grandiosos de cor ocre

que o pôr-do-sol reveste de ouro”. E o mesmo autor prossegue ao relatar a maior reserva de nióbio do mundo: “E o morro dos Seis Lagos, que espetáculo de cores! Um deles em forma de oito, negro reluzente; outro, circular, verde-esmeralda; e os demais, com tonalidades que vão do negro-avermelhado ao azul; todos agarrados à montanha verde para não escorrer encosta abaixo”. Esta descrição de Dráuzilo Varella indica a magia que as paisagens de Maturacá despertam naqueles que a visitam. A proximidade do pelotão à colossal reserva de material estratégico (nióbio) demonstra como o Estado, mesmo pontualmente, tem agido estrategicamente para se materializar no território. Portanto, a atuação do Estado não pode ser caracterizada como omissa, mas politicamente dirigida e com objetivos bem definidos. E de certa maneira, esta atuação é direcionada pela globalização. Resta-nos desvendar como!

Esse pelotão é um dos mais novos integrantes do Calha Norte, tendo sido inaugurado oficialmente no ano de 1992. Seu batismo de fogo deu-se quando fatos ocorridos na região do Pico da Neblina levaram militares venezuelanos a invadir o território nacional quase deflagrando um conflito entre os dois países. Fato que foi resolvido com a atuação da diplomacia brasileira e o desencadeamento da Operação Maturacá, ratificando a posse desse acidente natural para o Brasil. Em Maturacá há duas aldeias indígenas, ambas da etnia Yanomami. Os índios têm uma presença marcante no cotidiano do pelotão, pois que são realizadas diversas atividades com esses atores (trocas de mercadorias, atividades sociais como festas e jogos, caça e pesca etc). Os índios também realizam diversas tarefas no pelotão como já relatado anteriormente. Algumas índias prestam serviços domésticos, outros índios realizam serviços de manutenção das residências, corte de lenha etc. A moeda de troca, geralmente, é parte da etapa de alimentação (sal, arroz, feijão, frios, etc) que os integrantes do pelotão recebem mensalmente. Cada etapa de alimentação, que é indenizável, garante o sustento de uma única pessoa por mais de um mês corrido.

O fluxo de visitas aos pelotões é intenso durante todo o ano. São visitas oficiais de militares, políticos e, não oficiais, como alguns aventureiros. A subida ao Pico da Neblina é um atrativo para os adeptos do segmento dos ditos esportes radicais. A permanência de tais visitas, porém, dificilmente, ultrapassam mais que um dia. O consumo de viagens, turismos e lazer tendem a aumentar devido a

explosão dos fluxos mundiais e nacionais, principalmente devido as belezas naturais e a presença de povos indígenas.

A vida interior do pelotão é bastante agitada apesar de ser “um território caracterizado pelos tempos lentos, onde as diferenciações enraízam-se na natureza e um tempo humano” que teimosamente insiste, ainda que “timidamente ocupar os alvéolos de um tempo ‘natural’” (SANTOS, 2003, p.30). Passada a etapa de adaptação, logo os integrantes sentem a necessidade de manter relacionamentos mais afetivos com os outros integrantes ou cair em profunda depressão, fato que já ocorreu em Maturacá. Nas horas de folga, como no meio da selva não se dispõem de shoppings, cinemas, lojas para consumo, passear nos igarapés próximos, visitar as aldeias, caçar, pescar, conversar com os vizinhos, realizar festas e competições esportivas, tornam-se atividades do cotidiano. Mas, além dessas novas atividades de lazer, existem as atividades normais do pelotão, sua rotina, seu cotidiano como uma organização.

A jornada diária no 5º PEF tem início com a alvorada as 05h00. Uma equipe de militares, munidos de um pequeno trator e uma moto-serra, realizam a apanha e distribuição da lenha para a cozinha do pelotão e residências dos militares. A esse respeito há um plano de corte de árvores. Existe uma preocupação para causar o mínimo de dano ao ambiente. Uma árvore de porte médio pode abastecer todo o pelotão por quase uma semana. No 5º PEF, a chegada do fornecimento do gás liquefeito tende a aposentar o corte de árvores para esse fim. O problema maior do gás é o seu transporte, tendo em vista ser proibido em aeronaves e, o tempo de transporte fluvial da sede ao 5º PEF pode chegar a nove horas de viagem, fora a pequena capacidade das embarcações devido a pouca profundidade e ocorrência de cachoeiras ao longo do rio Maturacá. Uma outra equipe vai checar o perímetro do pelotão, se houve violação das cercas. Uma outra vai verificar as condições do gerador (reabastecer, manter etc), que se dispõe para a manutenção dos frios, para isso, permanece ligado quatro horas pela manhã e mais quatro horas à noite. É nesses momentos que o pelotão ganha mais vida: as pessoas ligam seus aparelhos de tv, rádios, uma festa. Existem algumas antenas parabólicas que conectam o pelotão com o mundo, e a informática também já faz parte do cotidiano. Nessas oito horas de energia revive-se algumas lembranças da vida urbana. Assim, podemos distinguir duas temporalidades no 5º PEF, uma com e outra sem a energia elétrica.

A vida administrativa também é intensa, pois a documentação particular (cartas) e do pelotão (documentos oficiais) precisam estar preparados para a chegada das aeronaves, que apesar de possuir um cronograma de abastecimento, ficam mais a mercê dos caprichos da natureza para realizar pousos e decolagens. Para SANTOS (2003, p.66) “essas características climáticas e hidrológicas, num certo contexto de desenvolvimento técnico, impõem um ritmo, uma velocidade e uma escala à vida na região, onde o recuo da natureza ainda está, poder-se-ia dizer, em processo de realização”. Fruto dessa realidade é que já teve ocasiões no 5º PEF que não foi possível o reabastecimento por conta das condições meteorológicas, tendo o pelotão que passar por momentos de dificuldades pela escassez de diesel para o gerador e gêneros alimentícios de primeira necessidade para seus integrantes. Mas a chegada dos gigantes hércules é uma festa para todos os integrantes do pelotão, e também para os indígenas. Há uma enorme expectativa pela chegada do malote dos correios, material, gêneros, pessoas etc. Enfim, o avião faz o papel de cordão umbilical entre a sede e o distante pelotão. A sobrevivência do pelotão sem ele seria bem dificultosa. Por isso, o abastecimento dos pelotões é a primeira prioridade quando a Aeronáutica disponibiliza suas aeronaves para a Força Terrestre naquela região.



Chegada do “hércules” ao 5º PEF - Maturacá. Foto do autor, 1993.

Quanto à função militar, basicamente são realizadas patrulhas fluviais e aeromóveis nos limites da faixa de fronteira, utilizando para isso os marcos existentes e visíveis. Mas é difícil achar esses marcos fronteiriços e por vezes adentra-se no território do país vizinho. E recentemente nossas fronteiras têm sentido as conseqüências da atual guinada esquerdista/populista vivenciada por algumas nações sul-americanas.

## **5. América do Sul: políticas públicas para um novo cenário que se desenha na Amazônia**

Decididamente, o cenário sul-americano não é mais o mesmo daquele da década de 70 do século XX, ou seja, países alinhados automaticamente com os Estados Unidos. A presença americana na região já não é mais unanimidade. Longe disso, experimenta dissabores com os governos de Hugo Chaves e Evo Morales. A Colômbia permanece diretamente ligada aos Estados Unidos, incondicionalmente. Esse elo cabe ao Plano Colômbia.

O Estado brasileiro, materializado no município de São Gabriel da Cachoeira, faz fronteira na região que trata o presente artigo com a Venezuela, a Colômbia e a Bolívia. Com o advento do Plano Colômbia (implementado pelos Estados Unidos para o combate à narco-guerrilha colombiana) há reais possibilidades de integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) adentrarem no território brasileiro em conseqüência da pressão no outro lado. Um outro fator a ser ressaltado é a crescente onda de esquerdismo que a região tem experimentado e, suas conseqüências, que já podem ser sentidas deste lado da fronteira. Assim, as recentes idas de Hugo Chaves ao mercado de armamento, assim como as atitudes de Evo Morales na questão da nacionalização do gás boliviano têm deixado alguns segmentos da sociedade nacional inquietos. A esse respeito, acrescentamos a quase inexistência de estudos voltados para o conhecimento de nossos vizinhos, o que certamente caberia em outros momentos.

Não obstante, a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e a

Política de Defesa Nacional (PDN) devem envolver territórios além da fronteira nacional. Assim, o território visualizado nas respectivas políticas devem privilegiar não somente a escala nacional, mas também a escala supranacional, assim como a escala local. A esse respeito, o município de São Gabriel da Cachoeira já pode contar com seu Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial do município.

## **6. Considerações Finais**

Pela análise procedida, ao longo deste artigo, pode-se inferir que o Estado brasileiro está presente na vastidão da Amazônia. A presença estatal está materializada pela presença das Forças Armadas, notadamente, o Exército. Por outro lado, tal presença tem-se caracterizado pela diluição dos projetos, fragilidade das iniciativas, descontinuidade dos esforços, falta de determinação (quanto à ocupação demográfica e econômica do espaço), carência de objetividade (na perspectiva dos verdadeiros interesses nacionais) e incapacidade de mobilização da própria Nação (para a elaboração de um projeto de integração e desenvolvimento nacional). No caso específico da Amazônia, há um vácuo de poder, em extensas áreas, que pode vir a ser ocupado por outros atores sociais ou, mesmo, por outros Estados nacionais. A professora Marilene Corrêa, Secretária do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, expôs, em palestra no ano de 2004, na UFPE, acerca da presença de inúmeras instituições, voltadas para alta tecnologia, com matriz nos Estados Unidos, Europa e Japão, na Amazônia. Tais instituições, segundo ela, gozam de regalias “espantosas” e perigosas para a soberania do Brasil, embora, tudo esteja sendo feito dentro das normas vigentes no país.

A tese de internacionalização da Amazônia, como área de interesse da Humanidade, defendida por centenas de ONG européias e estadunidenses, com a desculpa de conter o processo de devastação daquele imenso território, não resiste a uma análise científica. O Estado brasileiro não pode aceitar essas ameaças, que revestidas de conceitos pseudo-científicos e mundialistas, cultuam, na verdade, ambições de poder. A decisão irrevogável de preservar a Amazônia

tem que ser anunciada e implementada, a fim de evitar aventuras internacionalistas. “Esta decisão deve ser defendida claramente, por meio de uma diplomacia corajosa e de um dispositivo militar de defesa da Amazônia, que, adaptado às peculiaridades do combate na selva, deverá apresentar efetivo, armamento e equipamento convincente da nossa capacidade operativa e dispor de autonomia de suprimento e de reequipamento garantida pela indústria nacional” (MATTOS, 2002). Ainda, tratar da efetiva contribuição dos militares ao país em tempos de paz e de democracia é tão delicado como inadiável. Remete a uma reflexão sobre todo o arcabouço que sustenta a própria soberania nacional e o regime constitucional. E impõe o reconhecimento de que nenhuma nação pode abrir mão do suporte essencial de instituições sólidas, de capilaridade visível e estrutura consistente. Isso é tanto mais evidente num país de dimensões continentais e cujas riquezas, das quais não se pode prescindir, são objetos de cobiças, aceleradas por manobras camufladas e apoiadas em colunas sofisticadas e audaciosas. Mas não basta apenas o aparato militar. Faz-se necessário, acima de tudo, mostrar à sociedade brasileira a importância da Amazônia.

No que diz respeito às propostas, ressalta a permanente preocupação com a integração territorial, com a interiorização, pondo uns a prioridade nos transportes, outros no povoamento, outros na expansão da fronteira econômica (seja por progressão partindo das faixas litorâneas, seja pela criação de pólos interiores), e outros, ainda, combinando esses caminhos. A priorização de regiões para dar impulso ao movimento civilizatório do todo constou de várias propostas, mas na atualidade, por uma premência estratégica, vem-se acentuando, a cada dia, a importância do maior esforço na Amazônia.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que contemple todas as regiões brasileiras, respeitando suas peculiaridades. Assim, da nova PNDR, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional, consta que, na escala macrorregional, foram elaboradas propostas de (re) criação de instituições de desenvolvimento (SUDENE, SUDAM e SUDECO) e, formulação, entre outras medidas, do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e do Programa Faixa de Fronteira. E mais recentemente foram realizados seminários para a formulação

das bases do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Tais planos oscilam entre as escalas macrorregionais e a nacional. Porém, na escala local, a ação no território já pode contar com o Plano Diretor Participativo do Município de São Gabriel da Cachoeira, aprovado por intermédio da Lei Municipal 209, de 21 de novembro de 2006.

Existe, portanto, a necessidade de efetiva implantação de planos de Estado para a região, e não apenas planos de governo. De fato, a mudança da facção política na condução do Estado não pode ser razão impeditiva e perturbadora do planejamento, que por natureza, vai além do curto período de tempo de um governo. Envolvendo a participação da sociedade brasileira, esses planos tenderiam a impedir que qualquer um dos tipos de conflito estudado pelo professor Julien Vandeburie venha a ocorrer na Amazônia.

É igualmente premente se considerarmos a fragilidade e a ambigüidade de nossos pilares civis, entre os quais os partidos políticos e seus integrantes. Contraditoriamente, para nossa desventura, a restauração do regime de plena liberdade não propiciou o surgimento e consolidação de capacidade de produzir lideranças competentes e verdadeiramente comprometidas com o bem comum. Ao contrário, lamenta-se, emergiu uma cúpula de políticos medíocres, levianos, inescrupulosos, movidos tão somente por interesses pessoais e vaidades desmedidas, como no recente caso do aumento salarial dos parlamentares. Além disso, a plena democracia tem sido confundida com a alta impunidade, vírus que atingiu por inteiro a todos os poderes republicanos. Assim, certas práticas estão levando as instituições democráticas à desmoralização, afetando gravemente a capacidade defensiva do País e comprometendo sua soberania, primeira condição para a sobrevivência digna do seu povo.

E mesmo assim, o Brasil pode ter a partir de 2007 uma formidável força de defesa estratégica, capaz de atingir alvos em qualquer ponto da América Latina. Mas essa política de defesa garante a paz pela dissuasão e não pela ameaça. Por outro lado as intenções venezuelanas de se armar ainda são desconhecidas. Essa atitude brasileira não causa tensões diplomáticas com a vizinhança, pois a política externa brasileira, até o momento, é baseada na integração pela economia. O Governo brasileiro deve cuidar dos interesses nacionais. Preparar o país para eventuais problemas que possam surgir no futuro é função do Estado.

Não obstante, o Brasil continua “caipira”, no sentido que deu à expressão o então presidente Fernando Henrique Cardoso anos atrás. Talvez tenha sido crucificado injustamente. Só quis dizer que o brasileiro, como todo habitante de país continental, olha para dentro, não para fora. Na academia, há raríssimos especialistas em América Latina. Se o Brasil quer - e é lógico que queira, pelo tamanho da economia, do território e da população - um papel de liderança na região, ou começa a entendê-la, ou será, eternamente, surpreendido pela sua esquina (Venezuela e Bolívia).

Assim, a presença dos PEF é apenas uma pequena etapa de um processo que deverá envolver muitos outros atores. Sem bairrismos, a Amazônia é um legado extraordinário que nos foi deixado por nossos antepassados, e devemos manter e desenvolve-la para nossos sucessores.

Feliz ou infelizmente - porque isso denota a escassa importância política do Brasil na ordem mundial - o país não está habituado a crises diplomáticas.

E a espera de um sinal político que não chega do Planalto, a cúpula das Forças Armadas fizeram o dever de casa, ante as diversas crises que inflamam a região. Análises de inteligência sobre prováveis riscos à soberania nacional, coincidem na conclusão de que a paz na América do Sul é incerta e sugerem uma mudança estratégica urgente na Política de Defesa Nacional, aprovada em 2005. Apesar de considerarem que qualquer ação militar num país amigo seria mal vista, os militares vêm trabalhando com a perspectiva de em até 15 anos ser capaz de travar combate direto com até duas coligações de nações sul-americanas, ou ainda entre um dos vizinhos e uma superpotência militar. A estratégia de *hard power* almejada pela alta cúpula militar é ousada e pretende, por meio de elevados investimentos e da reativação da indústria bélica nacional, capacitar as Forças Armadas nos próximos 35 anos com um poder militar grande o suficiente para que nenhum país se sinta em condições de desafiar o Brasil na América do Sul.

Por fim, o que se deve evitar é que o país siga o chamado “pensamento único” do atual processo de globalização, que “inclui um receituário de soluções, sem os quais – diz-se – um determinado país se torna incapaz de participar do processo de globalização. Em nome da inserção desse país na nova modernidade e no mercado global são estabelecidas regras que acabam por

constituir um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivale, para cada país, a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social”, (SANTOS, 2003, p.255).

### **Referências Bibliográficas**

AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

BRANDÃO, F. J. S. **Créditos de Carbono** *In* Diário de Pernambuco. Caderno Opinião p.A3. Edição de 19 de dezembro de 2006.

MATTOS, C. M. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

SÁ, A. J. **Brasil Encarcerado. Das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VARELLA, D. **A última fronteira** *in* Verde Oliva – Exército Brasileiro. Ano XXXIII. Nº 188. Abr/Mai/Jun 2006. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.

**Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.**

<http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>, acessado em 20 Ago 2006.

**Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. 78 p.